

A expansão das universidades federais brasileiras e sua potencial contribuição ao desenvolvimento do país

Marcelo Ximenes A. Bizerril

Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, BRASIL.

bizerril@unb.br

Resumo: O presente estudo analisa a recente expansão da rede de universidades federais (UF) brasileiras. Dados sobre o número de *campi*, municípios sede e histórico de cada campus foram obtidos a partir dos sítios na internet de cada uma das 63 UF nas cinco regiões geopolíticas do Brasil. A análise dos dados indica que o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi determinante em viabilizar o processo de interiorização da rede de UF a partir das seguintes ações: (i) a criação de novas universidades; (ii) a transformação de *campi* pré-existentes em novas universidades; (iii) o estímulo à criação de novos *campi* das universidades pré-existentes; (iv) a viabilização de diversos *campi* oriundos de processos de expansão anteriores e autônomos das universidades, que não puderam desenvolver-se adequadamente em função da carência de recursos e pessoal. O principal efeito foi a transformação das UF em Universidades *multicampi*, contribuindo para a democratização do acesso ao ensino superior público bem como para o desenvolvimento regional em diversos sentidos. A disseminação da cultura universitária, que agrega valores como a democracia, liberdade, pensamento científico e crítico, traz importantes contribuições regionalmente no âmbito político, social e cultural. Contudo, a possibilidade de criação de novas universidades e *campi* promove as condições para que a própria universidade avance em seus modelos institucionais e de avaliação da qualidade, favorecendo, sobretudo, a interdisciplinaridade e o diálogo do meio acadêmico com a realidade das comunidades.

Palavras-chave: REUNI; Universidades Federais; Universidades Brasileiras; Universidades multicampi.

1. Introdução

O ensino superior inicia-se no Brasil na primeira metade do século XIX com a implantação das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. A partir de então surgem diversas outras faculdades e escolas superiores em diversas regiões do país, consolidando um modelo de educação superior sem universidades (Seabra Santos e Almeida Filho, 2012). Apenas em 1920 é instalada a Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ), sendo considerada a primeira universidade a se consolidar no Brasil, reunindo as já existentes Faculdades de Medicina, Engenharia e Direito (Sousa, 2016).

A partir da década de 1940, inicia-se um processo de federalização das universidades, constituídas a partir de Escolas Superiores ou Faculdades isoladas e disciplinares, como Escolas de Agronomia, de Enfermagem, de Engenharia, e Faculdades de Direito, Medicina, Pedagogia entre outras. O processo de federalização incluiu instituições públicas ou privadas, municipais ou estaduais, como é o caso do campus da UFMS em Corumbá que, anteriormente à criação do estado de Mato Grosso do Sul, fazia parte da Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), e do campus da UFOP em Mariana (MG), que nasce da incorporação à UFOP da Faculdade de Filosofia de Mariana (FAFIM), da Universidade Católica de Minas Gerais. Outro exemplo é o da Universidade Federal de São João Del Rey (UFSJ) que é resultado da reunião de duas instituições: a Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras, mantida pela Inspeção de São João Bosco, e a Fundação Municipal de São João Del-Rei, mantenedora da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (Faceac) e da Faculdade de Engenharia Industrial (Faein).

Dos primeiros *campi* das universidades federais estabelecidos nas décadas de 1950-1960, segue-se um crescimento lento até a década de 1980, quando há um aumento significativo de novos *campi*, sobretudo na região Norte. Após uma estabilização na criação de novos *campi* na década de 1990, há uma nova fase de crescimento em todas as regiões, a partir dos primeiros anos do século XXI, dobrando o número de *campi* existentes no país.

A principal política pública responsável por esse crescimento foi o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implantado no governo Lula a partir de 2007, tendo havido também uma primeira fase de expansão do Ensino Superior Federal, denominada Expansão I, que compreendeu os anos de 2003 a

2007 (Barros, 2015). O REUNI visou o aumento de vagas e também a expansão da rede universitária, sobretudo na perspectiva de atender o interior do país, dado que a maioria das universidades se encontrava nas capitais e cidades de maior porte. De fato, o processo de interiorização dos *campi* das universidades federais brasileiras ampliou o número de municípios atendidos pelas universidades de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011, e resultou em um aumento de aproximadamente 70% das matrículas presenciais na rede federal (MEC, 2010; Nogueira et al. 2012).

O objetivo desse estudo foi caracterizar o desenvolvimento das universidades federais brasileiras nas cinco regiões geopolíticas do Brasil, considerando os períodos antes e após a expansão, e discutir os potenciais efeitos da expansão e interiorização das universidades federais para o desenvolvimento do país e para uma revisão dos modelos de avaliação da qualidade nas instituições.

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa documental de cunho exploratório. A lista das universidades federais brasileiras foi obtida a partir do sítio do Ministério da Educação na internet, sobretudo o relativo ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e o sítio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Os dados sobre o número de *campi*, cidades sede e histórico de cada campus foram obtidos a partir dos sítios na internet de cada uma das universidades federais nas cinco regiões geopolíticas brasileiras: norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul. Como se trata de um estudo da interiorização das universidades federais, nessa pesquisa foram considerados *campi* os casos de unidades acadêmicas situadas em cidades distintas do campus principal, devidamente identificadas no sítio da universidade por meio dos termos *campus* ou unidade acadêmica e contendo *link* de acesso para os mesmos, em sítios específicos ou apresentando imagens e informações dos *campi*. De fato, alguns *campi* não dispunham de sítios próprios, sendo apenas referenciados no portal da universidade com a apresentação de pequeno texto com fotos. Outros *campi* dispunham de sítio próprio, mas que continha apenas informações da gestão do cotidiano (matrículas, informes etc.), sem referências a data de criação ou outros aspectos da história do campus. Nesses casos foi enviada mensagem eletrônica ao campus

solicitando a data de inauguração do mesmo, contudo não foi possível precisar a data de inauguração de 22 dos *campi* pesquisados.

Para fins desse estudo, as datas indicadas da criação das universidades são geralmente a data do decreto que as federaliza como universidades. Contudo, a data de existência das instituições pode ser muito mais antiga (por volta das primeiras décadas do século XX) que a data em que se tornou universidade federal. Foram mantidas as datas originais apenas nos casos de instituições que foram criadas com a nomenclatura de Universidade, e que não sofreram fusões com outras até o presente, apenas mudando de nomenclatura para Universidade Federal. Esses são os casos da UF Rural de Pernambuco, UF do Rio de Janeiro, UF da Bahia, UF de Minas Gerais, entre outras.

O ano de 2005 foi considerado o ano de corte para definir os períodos antes e depois das políticas de expansão das universidades federais em análise.

3. O processo de expansão

Foi identificado um total de 267 *campi* pertencentes a 63 universidades, sendo a região Sudeste a que abrigou mais universidades e a Nordeste o maior número de *campi* (Fig.1). As universidades apresentaram em média cinco *campi*, sem diferenças significativas entre as regiões, mas com grande variação entre as universidades (Tab. 1). Apenas nove universidades apresentaram um campus único. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná apresentou o maior número de *campi*, totalizando 13.

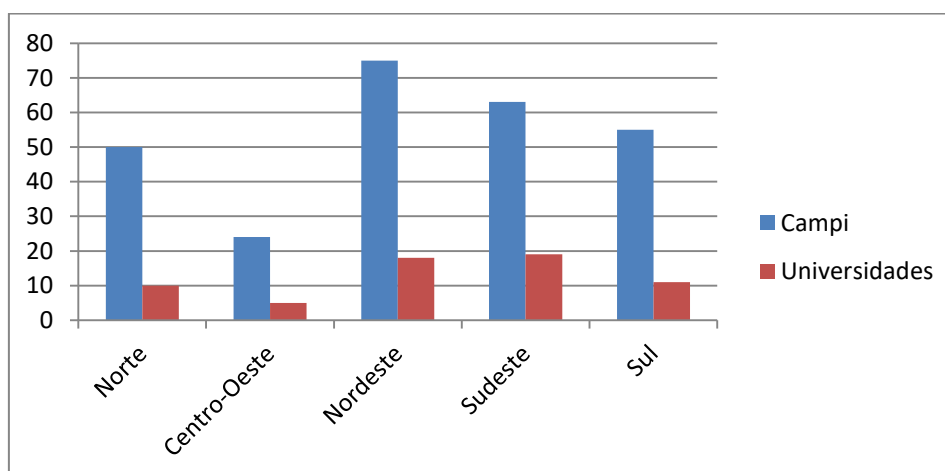


Fig.1. Número de Universidades Federais Brasileiras e *campi* em cada uma das regiões geopolíticas.

Tab. 1. Totais de *campi* nas regiões estudadas.

Região	Total de Universidades	Total de <i>campi</i>	Média de <i>campi</i> por Universidade	DP	Mínimo de <i>campi</i> por Universidade	Máximo de <i>campi</i> por Universidade
Norte	10	50	5	3,4	1	12
Centro-oeste	5	24	4,8	3,3	1	10
Nordeste	18	75	4,2	1,9	1	9
Sudeste	19	63	3,3	1,9	1	9
Sul	11	55	5	3,8	1	13

A análise dos períodos antes e depois da expansão indica que houve aumento no número de universidades federais (fig. 2), contudo o principal impacto para a interiorização do ensino superior público foi o expressivo aumento no número de *campi* (fig.3), revelando que a política atingiu as universidades de forma a induzir a hegemonia de um modelo universitário *multicampi*, anteriormente existente apenas em parte das universidades federais (fig. 4). As novas universidades criadas também tiveram tendência a adotar o modelo *multicampi*.

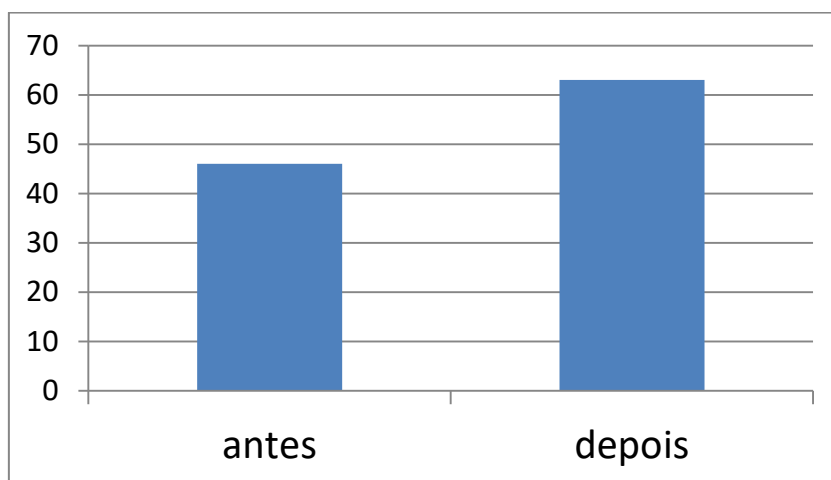


Fig.2. Número de Universidades Federais Brasileiras antes e depois da expansão.

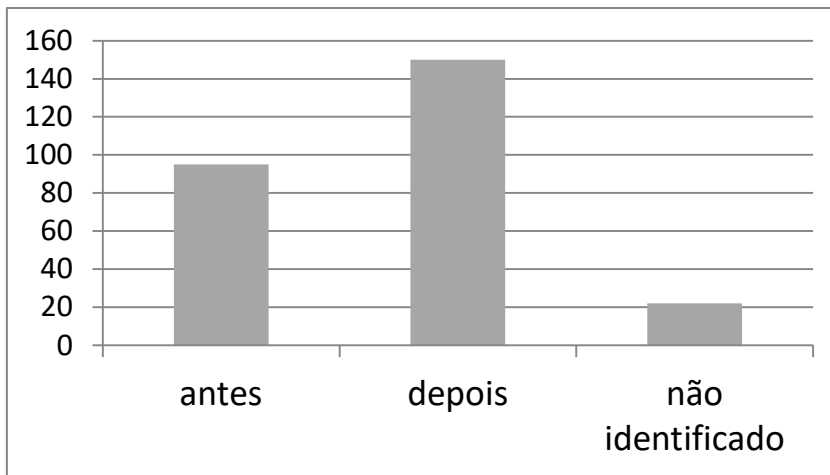


Fig.3. Número de *campi* de Universidades Federais Brasileiras antes e depois da expansão.

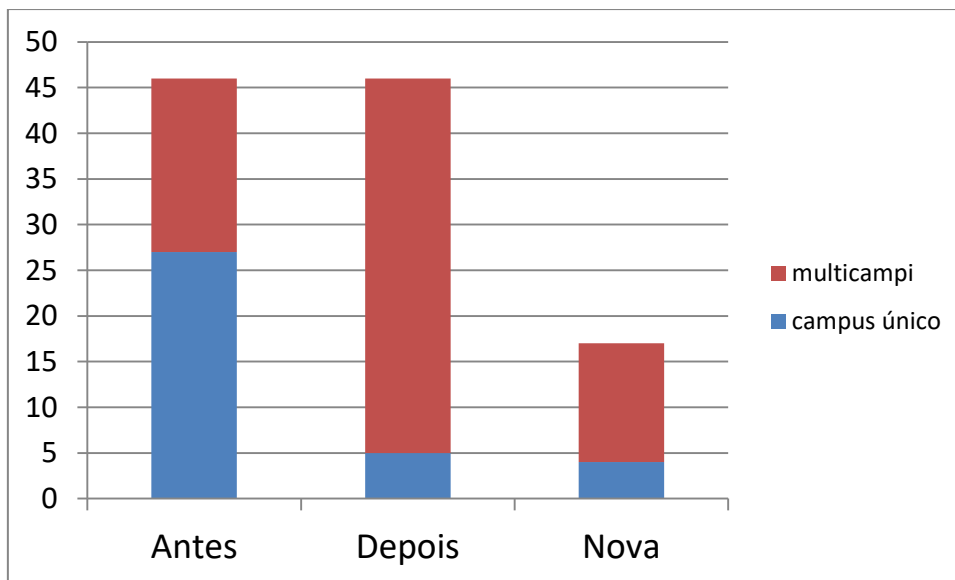


Fig.4. Número de Universidades Federais Brasileiras de estrutura *multicampi* antes e depois da expansão. A terceira coluna indica as universidades novas criadas no processo de expansão.

As políticas de expansão da rede de universidades federais brasileiras contribuíram para a interiorização dos *campi* e suas consequências para a democratização do acesso ao ensino superior público a partir das seguintes ações: (i) a criação de novas universidades concebidas a partir de novas propostas de organização e estrutura acadêmica; (ii) a criação de novas universidades concebidas a partir do desmembramento de *campi* pré-existentes; (iii) o estímulo à criação de novos *campi* das

universidades pré-existent; (iv) a viabilização de diversos *campi* oriundos de processos de expansão anteriores e autônomos das universidades, que não puderam desenvolver-se integralmente como unidades acadêmicas em função da carência de recursos e de pessoal.

No caso das novas universidades, foi priorizado o atendimento a regiões descobertas pela rede federal, como são os casos da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Existem também casos em que instituições federais passaram a constituir uma nova universidade, como é o caso da UF Grande Dourados que foi anteriormente um campus da UFMS, ou da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), anteriormente campus da UFPA. Cabe destacar dois projetos ambiciosos de colocar o ensino superior a serviço da internacionalização em importantes contextos geopolíticos: são os casos da Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), instaladas no Ceará, e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), instalada em Foz do Iguaçu, estado do Paraná.

Já no caso dos novos *campi*, o REUNI estimulou as universidades a modificar a sua estrutura para um contexto *multicampi*. E nos casos em que a instituição já era *multicampi* ou tinha projeto de expansão, foi determinante na viabilização desses processos desencadeados pelas universidades por iniciativa própria, mas que em muitos casos foram atingidos por dificuldades orçamentárias e de pessoal. Dos casos analisados nesse estudo, alguns *campi* existiam antes do REUNI de forma muito incipiente como, por exemplo, o campus da UFG em Jataí, criado em 1980, e que contava até 2004 com 5 servidores e 43 docentes, funcionando por meio de convênio com o estado de Goiás e a prefeitura de Jataí. Atualmente conta com 400 professores e 100 servidores técnico-administrativos do quadro efetivo da universidade, que dão suporte às atividades desenvolvidas no campus. Outro exemplo é o do Campus Pinheiro da UFMA, cuja criação foi formalizada em 1981, na primeira fase de interiorização da UFMA, que também criou os *campi* de Imperatriz, Chapadinha, Balsas e Codó. Conforme consta do histórico do campus no sítio da UFMA, *a arrancada do Campus de Pinheiro para se tornar o Centro de Ciências Humanas, Saúde e Tecnologia teve início em 2007, com a adesão da UFMA ao Reuni, que instituiu a expansão e interiorização da Universidade.*

O campus de Planaltina da Universidade de Brasília foi inaugurado antes do REUNI, em 2006, mas foi a sua inclusão no programa que possibilitou as condições orçamentárias e de pessoal necessárias à sua efetiva implantação (Bizerril e Le Guerrouê, 2012). Em 2017 o campus contava com cinco cursos de graduação e quatro programas de pós-graduação, tendo se destacado pela inovação na gestão, integração com a sociedade e o exercício da interdisciplinaridade (Pasquetti e Costa, 2017). Outro exemplo é o do campus da UFT em Tocantinópolis, que é oriundo da transformação da UNITINS em campus da UFT. Assim, o campus tem sua inauguração em 1990 por decreto estadual, mas passa a fazer parte da UFT em 2003 com a criação formal da universidade, evitando assim o processo de privatização que avançava na instituição. Fica patente a importância da federalização em fortalecer e agregar as iniciativas estaduais e municipais de educação superior garantindo sua condição de instituição pública e gratuita.

4. O impacto da expansão

Alguns estudos tem procurado avaliar os impactos da expansão do ensino superior público no Brasil (Brito, 2014; Mancebo, 2015; Barros, 2015; Faveri et al., 2018). Em estudo sobre os impactos econômicos dos Institutos Federais nas economias dos municípios brasileiros, Faveri et al. (2018) encontraram impactos mais expressivos nos municípios de menor porte, destacando os dois principais tipos de efeitos: o efeito gasto e o efeito conhecimento. Enquanto o primeiro é de curto prazo e está relacionado ao impacto do investimento federal no município em termos dos salários e gastos da universidade, o segundo é de longo prazo e volta-se ao estudo dos egressos e do impacto da qualificação e da inovação na economia local. Estudos dessa natureza se fazem necessários também no que diz respeito aos *campi* das universidades federais.

Outro impacto, de maior dificuldade de mensuração, mas determinante para o desenvolvimento, é na formação humana. A disseminação da cultura universitária, que agrega valores como a democracia, liberdade, responsabilidade social, pensamento científico e crítico, traz importantes contribuições regionalmente no âmbito político, social e cultural. Ainda que todo o sistema de ensino superior brasileiro deva atuar no sentido do atendimento a essa demanda, diversos fatores – como a estrutura acadêmica e administrativa mais diversificada e democrática, o apoio a permanente qualificação profissional e internacionalização, o regime de trabalho que possibilita condições para a

realização de projetos de pesquisa e extensão, entre outros – fortalecem a ideia de que as universidades públicas, especialmente as federais, estejam mais bem dotadas das condições para cumprir esse papel. De fato, como pontua Sousa (2016, p.379):

“Ensino, pesquisa e extensão constituem as três funções básicas da universidade brasileira e, ao garantir a indissociabilidade entre esses elementos, ela atende ao disposto no artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Todavia, como a maioria absoluta das IES brasileiras, em 2013, era formada por faculdades (2.090), correspondendo a 84,3% do total (INEP, 2014), e esses estabelecimentos não possuem compromisso com a pesquisa, essa importante atividade acaba não sendo realizada por um considerável número de instituições e, conseqüentemente, pelos seus alunos.”

Estudos têm demonstrado que os novos *campi* tendem a receber, de fato, estudantes da região de influência do campus (Rodrigues, 2017), o que aumenta as possibilidades dos impactos positivos relatados anteriormente atingirem comunidades antes não contempladas com o ensino superior público. Fica evidente que se o mesmo investimento financeiro e de recursos humanos tivesse sido feito apenas nos *campi* centrais das UF, o impacto não seria o mesmo, pois aspectos como acesso e permanência dos estudantes, impacto econômico regional e relação com a comunidade local (e seus impactos culturais, sociais e políticos) não teriam ocorrido nas microrregiões que receberam os novos *campi*.

Diversos autores que discutem os desafios das universidades nesse século (Mello, 2011; Seabra-Santos e Almeida-Filho, 2012; Nóvoa, 2013; Pedrosa, 2014; Bizerril et al., 2015; Dias-Sobrinho, 2016), têm remetido às universidades demandas contemporâneas dentre as quais destacam-se: (i) projeção científica internacional; (ii) produção de conhecimento significativo; (iii) capacidade de dialogar com outros saberes e setores da sociedade; (iv) transferência tecnológica e atuação no setor produtivo e na economia; (v) formação profissional qualificada; (vi) formação cidadã e de lideranças; (vii) renovação da gestão pública; (viii) renovação de práticas pedagógicas e do Ensino Superior; (ix) redução das desigualdades sociais; (x) responsabilidade social e envolvimento com as questões locais e nacionais; (xi) promoção da sustentabilidade. Enfim, espera-se cada vez mais que as universidades atuem fortemente no sentido de apoiar o contínuo processo de transformação da sociedade para patamares civilizatórios mais elevados.

A longa história da universidade, sua estrutura por vezes conservadora, e uma crescente cultura individualista e de competitividade têm sido consideradas como razões para as dificuldades em superar as resistências às mudanças necessárias a fim de atender essas demandas contemporâneas (Lima, 2005; Barth & Michelsen, 2013; Culum, 2014). Ocorre que a possibilidade de criação de novas universidades e *campi* promove as condições para que a própria universidade avance em seus modelos institucionais e de avaliação da qualidade, favorecendo, sobretudo, a interdisciplinaridade, a sustentabilidade e o diálogo do meio acadêmico com a realidade das comunidades, o que, de fato, tem sido verificado em diversos casos identificados nos sítios das universidades, como nos exemplos a seguir:

“A missão institucional da UNILA é a de formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul (Mercosul).”

“A proposta pedagógica da UFPR Litoral é baseada em projetos e desenvolvida junto às comunidades locais, buscando contribuir decisivamente para o desenvolvimento científico, econômico, ecológico e cultural. Isso propicia uma forte interação entre a comunidade da UFPR Litoral e a comunidade litorânea na construção de um novo ciclo de desenvolvimento regional.”

5. A expansão e a qualidade

A oportunidade de mudanças no contexto universitário, representada pelo REUNI, induz uma série de reflexões a respeito da cultura universitária, particularmente no Brasil. Reforça-se, portanto, a necessidade do momento ser aproveitado para a realização de tais reflexões, de modo que as novas universidades e os novos *campi* não se limitem a repetir o modelo universitário vigente e sua cultura de modo acrítico, mas induzam novas formas de pensamento e organização que repercutam nos processos de avaliação da qualidade e na valoração da universidade pública pela sociedade brasileira.

Em 2008, quando da implantação do REUNI e da consequente criação dos novos *campi* da Universidade de Brasília, diversas manifestações da comunidade acadêmica refletiam uma preocupação com a “manutenção da qualidade UnB”. Naquela altura não se considerava a oportunidade que se abria à inovação da própria universidade a partir dos novos *campi* e do REUNI. Passados dez anos desse processo pode-se afirmar que o REUNI, e particularmente os novos *campi*, trouxeram mudanças significativas na

universidade por meio da renovação do quadro de servidores docentes e técnicos que, diante do desafio de implantação de novos cursos e unidades acadêmicas, apresentaram alternativas à organização curricular e administrativa, além de renovar a cultura universitária trazendo, em muitos casos, uma perspectiva de pertencimento e trabalho coletivo e interdisciplinar como contraponto ao individualismo e a competitividade que vinham ganhando cada vez mais espaço no ambiente acadêmico nas últimas décadas.

Paralelamente a isso, a partir do REUNI houve significativa mudança do perfil dos discentes (Nierotka e Trevisol, 2016), agregando parcelas da população antes pouco representadas nas universidades públicas, como indígenas, negros, moradores da periferia, povos do campo, LGBTs e outros, aumentando a diversidade sociocultural e trazendo novos desafios antes ignorados pelas instituições que, apesar de públicas, atendiam a uma restrita parcela da elite e da classe média do país.

Lidar com essa nova realidade, que na verdade é a realidade social do Brasil, significa trazer a universidade para um local de relevância social estratégica para o país, fato ainda não compreendido pela maioria da população e expresso no discurso dos candidatos a presidência nessas eleições de 2018, que se dividem entre os que defendem abertamente o corte de verbas das universidades públicas e os que a defendem muito timidamente. De fato, os padrões hegemônicos de avaliação não consideram os fatores culturais e de desenvolvimento humano e regional, mas fixam-se na produção científica tradicional, expressas pelas publicações indexadas, e nos valores de interesse do mercado de trabalho. Tomando o exemplo do *ranking* QS (*QS World University Ranking*¹), verificaremos que o mesmo concentra sua pontuação na reputação da universidade no meio acadêmico (40% do peso total) ou entre os empregadores (10%), mas não considera a avaliação que as comunidades local ou regionalmente fazem da instituição. O *ranking* considera as citações da produção científica por docente (20%), mas não pontua projetos de desenvolvimento e ações de extensão que conferem relevância da universidade junto à sociedade. Finalmente, o *ranking* considera a proporção entre o número de estudantes e docentes como indicador da qualidade do ensino (20%), mas não avalia a composição da população discente, ou seja, desconsidera a equidade, a diversidade e as políticas de apoio à permanência dos estudantes menos favorecidos como indicadores do compromisso da universidade em

¹ <https://www.topuniversities.com/qs-world-university-rankings/methodology>

combater a desigualdade social. Enfim, o *ranking* QS, a exemplo de outros instrumentos de avaliação, possibilita avaliar as instituições a partir de mais de 40 temas distintos, todos ligados à formação profissional por área do conhecimento, mas nenhum considera a universidade integralmente e seu desempenho no âmbito dos desafios que se apresentam às instituições de educação superior na contemporaneidade.

6. Considerações Finais

A expansão das universidades federais vem trazendo importantes e diversas contribuições ao desenvolvimento do Brasil. No entanto, as recentes reformas visando o contingenciamento dos gastos públicos no país trazem forte instabilidade a esse processo uma vez que parte dos novos *campi* está em fase de implantação e a expansão promoveu um considerável aumento nos custos das universidades federais de um modo geral. Pode-se afirmar que a viabilidade da universidade pública brasileira está ameaçada se forem mantidas as atuais políticas orçamentárias impostas pelo governo federal.

Como salienta Dias-Sobrinho (2016), a universidade pública é uma instituição imprescindível para a sociedade porque, diferentemente de uma organização privada autocentrada, tem a sociedade como sua referência. A compreensão das universidades federais como instituições estratégicas ao desenvolvimento, tanto humano quanto regional, é atualmente uma necessidade premente ao poder público federal e à sociedade brasileira. Essa visão mais alargada do papel das universidades precisa ser contemplada nos instrumentos de avaliação como forma de ampliar o seu reconhecimento pela sociedade e o fortalecimento das ações por elas desenvolvidas.

Referências

- Andifes. Associação Nacional Dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Disponível em <http://www.andifes.org.br/>
- Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>
- Barros, A.S.X. (2015). Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades. *Educ.Soc.*, Campinas, 36(131): 361-390.
- Barth, M., Michelsen, G. (2013). Learning for change: an educational contribution to sustainability science. *Sustain Sci.* 8, 103–119. DOI 10.1007/s11625-012-0181-5

- Bizerril, M.X.A.; Le Guerroué, J.L. (2012). FUP: a construção coletiva de um campus interdisciplinar. In: Saraiva, R.C.F. & Diniz, J.D.A.S. (Org.). *Universidade de Brasília: trajetória da expansão nos 50 anos*. 1ª ed. Brasília: Decanato de Extensão, p. 23-30.
- Bizerril, M.X.A.; Rosa, M.J.; Carvalho, T.; Pedrosa, J. (2015). A sustentabilidade socioambiental no ensino superior: um tema integrador para os países de língua portuguesa? *Revista FORGES – Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa*, 2(1): 99-115.
- Brandli, L.L.; Leal Filho, W.; Frandoloso, M.A.L.; Korf, E.P.; Daris, D. (2015). The environmental sustainability of Brazilian Universities: barriers and pré-conditions. In: Leal Filho, W.; Azeiteiro, U.M.; Caieiro, S.; Alves, F. (Eds.). *Integrating sustainability thinking in science and engineering curricula*. New York: Springer, PP.63-74.
- Brasil. MEC. REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Acessado em 25/07/2017. Disponível em <http://reuni.mec.gov.br>
- Brito, L.C. (2014). A importância dos estudos sobre interiorização da universidade e reestruturação territorial. *Espaço e Economia – Revista Brasileira de Geografia Econômica*, 2(4). Disponível em: <https://espacoeconomia.revues.org/802>
- Ćulum, B. (2014). Croatian academics and university civic mission integration: possibilities and constraints, in: Branković, J., Klemenčić, M., Lažetić, P., Zgaga, P. (Eds.), *Global challenges, local responses in higher education: the contemporary issues in national and comparative perspective*. Rotterdam: Sense Publishers, pp. 59-78.
- Dias Sobrinho, J. (2016). Autonomia, formação e responsabilidade social: finalidades essenciais da universidade. *Revista FORGES – Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa*, 4(2): 13-30.
- Faveri, D.B.; Petterini, F.C.; Barbosa, M.P. (2018). Uma avaliação do impacto da política de expansão dos Institutos Federais nas economias dos municípios brasileiros. *Planejamento e Políticas Públicas*, 50: 125-147.
- Lima, L.C. (2005). Cidadania e educação: adaptação ao mercado competitivo ou participação a democratização da democracia? *Educação, sociedade e culturas*, 23, 71-90.
- Mancebo, D. (2015). Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014). *37ª Reunião Nacional da ANPEd*, UFSC – Florianópolis.

- Mello, A.F. (2011). *Globalização, sociedade do conhecimento e educação superior: os sinais de Bolonha e os desafios do Brasil e da América Latina*. Brasília: Editora UnB, 329p.
- Nierotka, R.L.; Trevisol, J.V. (2016). Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. *R. Katál., Florianópolis*, v. 19, n. 1, p. 22-32.
- Nogueira, M.D.P. (2013). O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. *Interfaces – Revista de Extensão*, 1(1), 35-47.
- Nóvoa, A. (2014). Em busca da liberdade nas universidades: para que serve a investigação em educação? *Revista Lusófona de Educação* 28:11-21.
- Pasquetti, L.A. e Costa, E.M.M. (2017). FUP: da criação à consolidação de um campus. In: Saraiva, R.; Diniz, J.; Nogueira, M. (Orgs.). *FUP 10 anos: um campus por inteiro*. Brasília: FUP/UnB, p.11-26.
- Pedrosa, J. (2014), Autonomy and Accountability in University Governance. In: Bergan, S., Egron-Polak, E. Kohler, J. and Purser, L. (ed.). *Leadership and Governance In Higher Education*, v. 1, Berlin: Raabe Academic Publishers. p.23-39.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home.html>
- Rodrigues, R.N. (2017). *Universidade pública e desenvolvimento local: uma percepção por meio da dispersão geográfica dos ingressantes à UnB*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília. 103p.
- Seabra Santos, F.; Almeida Filho, N. (2012). *A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*. EdUnB e Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Sousa, J.V. (2016). Educação superior: evolução, organização e cenários. In: Rocha, M.Z.B. e Pimentel, N.M. (Orgs.). *Organização da educação brasileira: marcos contemporâneos*. Brasília: Editora UnB, p.349-387.
- Sousa Santos, B. e Almeida Filho, N. (2009). *A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova*. Edições Almedina: Coimbra.